

Educação política desde a infância: o Manual das Eleições do Jornal Joca como ferramenta de acesso à informação e formação cidadã

Political education from childhood: The Joca Newspaper's Election Guide as a tool for accessing information and fostering civic education

Germana PLÁCIDO¹

Resumo

Este artigo analisa o Manual das Eleições, do Jornal Joca, como iniciativa de mediação jornalística voltada ao público infantojuvenil sobre sistema eleitoral, cidadania e democracia. A pesquisa adota abordagem qualitativa, com base na análise de quatro edições (2018, 2020, 2022 e 2024) e de sua cartilha de apresentação, articulando aportes do campo do jornalismo e da comunicação. Os resultados indicam que o material combina linguagem acessível e recursos visuais para facilitar a compreensão de temas políticos, contribuindo para o letramento midiático e cívico. Contudo, a predominância de uma abordagem explicativa e a busca por neutralidade tendem a limitar a problematização de dimensões ideológicas, evidenciando tensões entre acessibilidade e criticidade. Observa-se ainda a necessidade de mediação adulta, sobretudo entre leitores em fase inicial de letramento.

Palavras-chave: Jornalismo Infanto-Juvenil. Educação Política. Acesso à Informação. Jornal Joca.

Abstract

This article analyzes the Election Handbook published by Jornal Joca as a journalistic outreach initiative aimed at children and young people regarding the electoral system, citizenship, and democracy. The study adopts a qualitative approach, based on the analysis of four editions (2018, 2020, 2022, and 2024) and its introductory booklet, integrating contributions from the fields of journalism and communication. The results indicate that the material combines accessible language and visual resources to facilitate the understanding of political topics, contributing to media and civic literacy. However, the predominance of an explanatory approach and the pursuit of neutrality tend to limit the exploration of ideological dimensions, highlighting tensions between accessibility and critical thinking. There is also a need for adult mediation, especially among readers in the early stages of literacy.

Keywords: Children's and Youth Journalism. Political Education. Access to Information. Joca Newspaper.

¹ Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Membro do Grupo de Pesquisa em Democracia e Comunicação Digital (Decode). E-mail: placidogermana@gmail.com

Introdução

O acesso à informação no Brasil é garantido constitucionalmente a todos os cidadãos, configurando-se como um princípio estruturante para o exercício da democracia e da cidadania. No entanto, a efetivação desse direito não se restringe à sua previsão legal, mas depende da capacidade dos indivíduos de acessar, compreender e interpretar criticamente os conteúdos informacionais disponíveis. Nesse contexto, o jornalismo desempenha um papel relevante ao atuar como instância de mediação, responsável por selecionar, organizar e traduzir acontecimentos sociais, especialmente em um cenário contemporâneo marcado pela intensificação da desinformação.

Ao mesmo tempo, a atuação jornalística não se limita a uma função informativa. Conforme argumenta Cook (2011), o jornalismo integra o próprio funcionamento do sistema político, ao mediar e estruturar o debate público. Essa mediação, contudo, não é neutra: como indicam diferentes abordagens nos estudos de jornalismo, as práticas jornalísticas envolvem enquadramentos, seleções e hierarquizações que influenciam a construção social da realidade (Chomsky, 2013; Schudson, 2015). Nesse sentido, noções como objetividade, imparcialidade e neutralidade devem ser compreendidas como valores normativos e estratégias discursivas, e não como garantias absolutas da prática jornalística.

No Brasil, diferentes produtos midiáticos, como reportagens, conteúdos explicativos e materiais educativos, têm sido mobilizados como instrumentos de letramento político e midiático, ao abordar temas relacionados ao funcionamento do Estado, ao processo eleitoral e aos direitos constitucionais. No caso do público infantojuvenil, entretanto, esse campo apresenta especificidades importantes. Ao contrário de uma expansão contínua, observa-se, nas últimas décadas, uma retração significativa de suplementos jornalísticos voltados à infância em veículos tradicionais, ao mesmo tempo em que emergem iniciativas mais pontuais, frequentemente associadas ao ambiente escolar e a modelos específicos de circulação e financiamento.

Nesse contexto, o jornalismo voltado a crianças e adolescentes se configura como um campo marcado por tensões entre objetivos educativos, demandas editoriais e condicionantes mercadológicos. Tais tensões se expressam, por exemplo, na definição do público-alvo, frequentemente tratado de forma ampla e pouco delimitada, e na necessidade de adaptar conteúdos complexos a diferentes níveis de letramento, o que pode

implicar simplificações ou reduções analíticas. Compreender essa dinâmica é fundamental para avaliar o potencial e os limites desse tipo de produção no que se refere à formação de repertórios sobre política e cidadania.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, fundamentado no artigo 227 da Constituição Federal, reconhece crianças e adolescentes como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, assegurando-lhes, entre outros, o direito à informação. Nessa perspectiva, é importante afastar concepções que situam esse público apenas como “futuros cidadãos”, reconhecendo-o como participante do presente social, com capacidade de interpretar, ressignificar e produzir sentidos a partir dos conteúdos aos quais tem acesso.

Apesar desse reconhecimento normativo, crianças e adolescentes ainda são frequentemente sub-representados nas estratégias de comunicação pública e política, sendo tratados como públicos homogêneos ou como receptores passivos. Tal abordagem desconsidera contribuições relevantes dos estudos de recepção, especialmente no contexto latino-americano, que evidenciam o papel ativo dos sujeitos na construção de sentidos e na apropriação dos conteúdos midiáticos.

Diante desse cenário, esta pesquisa investiga o jornalismo infantojuvenil como prática de mediação da informação política, considerando suas potencialidades e limitações. O estudo tem como objetivo analisar quais elementos narrativos e visuais característicos do jornalismo são mobilizados em materiais voltados ao público infantojuvenil, examinando de que modo esses recursos contribuem para o acesso à informação e para a compreensão de temas relacionados ao processo eleitoral e à cidadania.

O corpus da pesquisa é o Manual das Eleições do Jornal Joca, iniciativa de circulação gratuita, com periodicidade bienal, voltada à explicação de temas eleitorais para crianças e adolescentes. A análise contempla quatro edições do manual (2018, 2020, 2022 e 2024), além da cartilha de apresentação, buscando compreender como estratégias textuais e visuais são articuladas na construção de conteúdos informativos destinados a esse público.

Ao propor essa análise, o estudo busca contribuir para o debate sobre as formas de inserção de crianças e adolescentes no campo informacional e político, evidenciando não apenas o potencial formativo do jornalismo voltado a esse público, mas também as tensões relacionadas à simplificação de conteúdos, à definição do público-alvo e aos

limites de abordagens que se orientam pela busca de neutralidade no tratamento de temas políticos.

O direito ao acesso à informação

O acesso à informação constitui um direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988, sendo condição indispensável para o exercício da cidadania e para o funcionamento das instituições democráticas. Essa garantia estende-se também a crianças e adolescentes que, a partir da promulgação da Carta Magna e, posteriormente, com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), passam a ser reconhecidos como sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento. Ainda assim, como aponta Kreling (2021), esse reconhecimento jurídico não se traduz, necessariamente, em inclusão efetiva desses grupos nas dinâmicas de produção, circulação e apropriação da informação, permanecendo historicamente sub-representados no debate público.

O ECA reafirma esse princípio ao assegurar, entre outros, o direito à informação, à educação e à participação social, destacando, em seu artigo 4º, a responsabilidade compartilhada entre família, sociedade e Estado na efetivação desses direitos. Tal perspectiva implica compreender crianças e adolescentes não como sujeitos passivos, mas como participantes ativos nos processos sociais e comunicacionais, capazes de produzir sentidos e interagir criticamente com os conteúdos aos quais têm acesso.

Nesse contexto, é recorrente a associação entre acesso à informação e uso da internet. Embora as tecnologias digitais ampliem significativamente as possibilidades de circulação de conteúdos, essa relação não é suficiente para garantir equidade informacional. Dados da PNADC TIC (IBGE, 2024) indicam que, embora a maioria dos estudantes utilize a internet, persistem desigualdades relevantes no acesso gratuito e institucional, especialmente na rede pública de ensino. De modo semelhante, a pesquisa TIC Kids Online Brasil (Cetic.br, 2023) evidencia que o acesso à internet no ambiente escolar ainda é limitado e socialmente desigual, o que restringe as possibilidades de uso pedagógico e crítico dessas tecnologias.

Esses dados sugerem que o acesso à informação, especialmente no que se refere a conteúdos de natureza política e cidadã, depende de múltiplas mediações — tecnológicas, institucionais e discursivas. Nesse sentido, a escola, a família e os meios de comunicação desempenham papéis complementares na construção de repertórios informacionais e na

formação do pensamento crítico. A simples disponibilidade de informação, portanto, não garante sua apropriação significativa, sobretudo quando se trata de temas historicamente marginalizados nos currículos formais, como democracia, política e funcionamento das instituições.

A introdução de conteúdos políticos para o público infantojuvenil deve considerar, ainda, as especificidades cognitivas e sociais desse grupo, evitando tanto a simplificação excessiva quanto a exclusão temática. Como observa Raupp (2022), estratégias narrativas como histórias e exemplos do cotidiano podem facilitar a compreensão de conceitos abstratos, desde que articuladas a processos de mediação que favoreçam a reflexão crítica. No entanto, é importante reconhecer que parte dessas abordagens circula em espaços jornalísticos e não necessariamente em produções acadêmicas, o que demanda cautela quanto à sua generalização teórica.

No campo editorial, embora existam iniciativas voltadas à abordagem de temas políticos para crianças e adolescentes, não se pode afirmar a existência de uma expansão consolidada desse segmento no Brasil. Pelo contrário, como indicam estudos sobre o setor, houve uma retração significativa dos suplementos infantojuvenis nas últimas décadas, sendo substituídos por experiências pontuais, muitas vezes vinculadas a projetos educacionais ou modelos de circulação específicos, como é o caso de materiais distribuídos em escolas.

Ainda assim, como argumenta Zappa (2023), reconhecer crianças e adolescentes como sujeitos políticos é fundamental para o desenvolvimento de competências críticas, permitindo-lhes interpretar informações, posicionar-se diante de questões públicas e participar de forma qualificada de debates sociais. Essa perspectiva desloca a ideia de formação para o futuro e reforça a compreensão da infância como etapa já integrada à vida política e social.

Nesse cenário, o jornalismo voltado ao público infantojuvenil pode desempenhar um papel relevante como mediador da informação. De acordo com Doretto (2014), esse tipo de jornalismo constrói estratégias discursivas específicas para traduzir temas complexos em formatos acessíveis, considerando as características do público e os objetivos comunicacionais. No entanto, essa mediação não é neutra nem isenta de tensões, uma vez que envolve escolhas editoriais, enquadramentos e limitações próprias do campo jornalístico. Assim, compreender o papel desses materiais exige não apenas descrever

suas características, mas também problematizar seus alcances e limites na promoção do acesso à informação e na formação cidadã.

Jornalismo infantil e conexões com a democracia

No conjunto de práticas que visam promover o acesso à informação como dimensão socioeducativa, o jornalismo ocupa um lugar relevante ao atuar como mediador na circulação de conhecimentos socialmente produzidos. No caso do público infantojuvenil, essa mediação adquire especificidades, uma vez que envolve a adaptação de conteúdos complexos a formatos compreensíveis, sem que isso implique necessariamente simplificação excessiva ou esvaziamento crítico. Assim, mais do que um instrumento de transmissão de informações, o jornalismo pode contribuir para a construção de repertórios interpretativos e para a formação de sentidos sobre a realidade social e política.

Tradicionalmente, atributos como objetividade, imparcialidade, clareza e veracidade são apresentados como princípios estruturantes da prática jornalística. No entanto, tais noções têm sido amplamente problematizadas nos estudos contemporâneos da comunicação, que evidenciam seu caráter histórico, normativo e, muitas vezes, estratégico. Como argumenta Schudson (2015), o chamado “direito de saber” está diretamente relacionado à forma como o jornalismo constrói e legitima determinados enquadramentos da realidade, o que implica reconhecer que a mediação informativa não é neutra, mas atravessada por escolhas editoriais, valores e condicionantes institucionais.

No contexto do jornalismo voltado à infância, essa tensão se torna ainda mais evidente. De acordo com Doretto (2014), a produção jornalística direcionada a crianças e adolescentes envolve não apenas a adaptação da linguagem, mas também a definição de quais temas são considerados apropriados, relevantes e comunicáveis para esse público. Esse processo, longe de ser puramente técnico, implica decisões que podem limitar ou expandir o acesso a determinados debates, especialmente aqueles relacionados a conflitos políticos, disputas ideológicas e desigualdades sociais.

Nesse sentido, a busca por uma linguagem acessível e por um suposto equilíbrio informativo pode, em alguns casos, resultar na atenuação de tensões inerentes ao campo político, produzindo narrativas que privilegiam explicações generalistas em detrimento de problematizações mais profundas. Essa característica, frequentemente associada à

necessidade de adequação ao ambiente escolar e à aceitação por parte de famílias e instituições, evidencia que o jornalismo infantojuvenil também responde a condicionantes mercadológicos e institucionais, o que pode impactar seus níveis de criticidade.

A partir da perspectiva do jornalismo especializado, Tavares (2009) destaca que a segmentação de conteúdos emerge como resposta à complexificação das sociedades contemporâneas e à necessidade de dialogar com públicos específicos. No caso do jornalismo infantil, essa especialização implica a construção de um discurso que articula saberes científicos e experiências cotidianas, buscando tornar inteligíveis temas que, em sua forma original, seriam inacessíveis a esse público. No entanto, como ressalta o autor, essa mediação não é neutra, sendo atravessada por escolhas discursivas que influenciam a forma como o conhecimento é apropriado.

Ferreira (2007) propõe compreender o jornalismo infantil a partir de duas vertentes: materiais produzidos para crianças e conteúdos produzidos pelas próprias crianças, frequentemente em contextos educativos. Essa distinção é relevante na medida em que aponta para diferentes graus de participação e protagonismo, sendo que a segunda vertente se aproxima de perspectivas que valorizam a produção ativa de sentidos por parte do público.

A Convenção sobre os Direitos da Criança (1989) reforça esse entendimento ao reconhecer o direito à participação e à expressão, incluindo o acesso e a produção de conteúdos midiáticos. Doretto (2015) amplia essa discussão ao defender que crianças devem ser consideradas não apenas receptoras, mas também interlocutoras e produtoras de conteúdo, capazes de contribuir criticamente para o ecossistema midiático. Essa abordagem tensiona modelos tradicionais de comunicação, que tendem a subestimar a capacidade interpretativa do público infantojuvenil.

No entanto, o desenvolvimento do jornalismo infantil no Brasil não ocorreu de forma linear ou expansiva. Ao contrário, nas últimas décadas, observou-se uma retração significativa dos suplementos infantojuvenis em jornais impressos, que historicamente desempenharam papel importante na mediação de conteúdos para esse público. Experiências contemporâneas, como publicações distribuídas em escolas, surgem como alternativas a esse cenário, mas ainda representam iniciativas pontuais, inseridas em modelos específicos de circulação e financiamento.

Apesar dessas limitações, diferentes experiências demonstram o potencial do jornalismo voltado à infância na abordagem de temas sociais e políticos. Projetos como

o Plenarinho, da Câmara dos Deputados, ilustram o uso de recursos pedagógicos e midiáticos para introduzir conceitos relacionados à democracia e ao funcionamento das instituições. Da mesma forma, iniciativas editoriais específicas buscam traduzir conteúdos complexos em formatos acessíveis, ainda que enfrentem desafios relacionados à definição de público, profundidade temática e equilíbrio entre informação e didatização.

Nesse contexto, o papel dos mediadores — especialmente professores e familiares — torna-se central. A apropriação crítica dos conteúdos jornalísticos por crianças e adolescentes depende, em grande medida, das condições de mediação oferecidas nos espaços educativos e sociais. Assim, mais do que garantir acesso à informação, o desafio reside em promover condições para sua interpretação, problematização e articulação com a experiência cotidiana.

Dessa forma, o jornalismo infantil pode ser compreendido não como um campo homogêneo ou plenamente consolidado, mas como um espaço de disputas, limitações e potencialidades. Sua contribuição para a democracia não decorre automaticamente de sua existência, mas das formas concretas como constrói seus discursos, seleciona seus temas e se relaciona com seu público. É nesse tensionamento que se insere a análise do Manual das Eleições do Jornal Joca, investigado neste estudo.

Manual das Eleições: Jornal Joca

Procedimentos metodológicos

O Jornal Joca, criado em 2011 pela editora Magia de Ler, insere-se no segmento de jornalismo voltado ao público infantojuvenil, com circulação em escolas e ambientes educativos. Entre suas iniciativas, destaca-se o Manual das Eleições, material didático-jornalístico que busca explicar o funcionamento do sistema eleitoral brasileiro para crianças e adolescentes.

O corpus desta pesquisa é composto pelas quatro edições do Manual das Eleições (2018, 2020, 2022 e 2024) (Figura 1), além da cartilha de apresentação destinada a educadores. A análise foi conduzida a partir da Análise de Conteúdo, conforme proposta de Bardin (2011), em abordagem qualitativa, seguindo as etapas de pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados.

Figura 1 - Capa das quatro edições do Manual das Eleições (2018, 2020, 2022 e 2024)



Fonte: Jornal Joca

Na fase de pré-análise, procedeu-se à leitura flutuante de todo o corpus, com o objetivo de identificar regularidades e definir os eixos analíticos. Na etapa de exploração, foram codificados trechos textuais e elementos visuais recorrentes, a partir de categorias previamente definidas. Por fim, na fase de tratamento, os dados foram interpretados à luz do referencial teórico do jornalismo infantojuvenil e da comunicação política.

Os eixos de análise foram organizados em três dimensões: (1) tema/assunto; (2) linguagem jornalística; e (3) elementos visuais e gráficos (Quadro 1). A definição das categorias não se deu de forma arbitrária, mas a partir da articulação entre o referencial teórico e as características observadas empiricamente no material.

A relevância temática, por exemplo, foi operacionalizada com base na presença de conteúdos relacionados ao sistema democrático, à cidadania e à participação política, conforme discutido na literatura sobre letramento político. Já a categoria “neutralidade e imparcialidade” foi analisada de forma crítica, considerando não apenas a ausência de posicionamento explícito, mas também os efeitos discursivos dessa escolha editorial.

A análise foi conduzida de forma interpretativa, reconhecendo o caráter não neutro do processo analítico. Ainda que não se trate de um estudo de recepção, buscou-se considerar as possíveis condições de leitura do público, especialmente no que se refere à necessidade de mediação por adultos em contextos educativos.

Quadro 1 – Categorias/variáveis

CATEGORIA	VARIÁVEIS	DESCRIÇÃO
1. Tema/Assunto	Relevância	Os temas abordados são relevantes para o público-alvo (crianças/adolescentes)?
	Cobertura	O manual explora uma variedade de temas sobre as eleições, como o funcionamento do sistema eleitoral, a importância do voto, e a história da democracia, ou existe foco limitado?
	Clareza do foco	Os temas estão bem definidos ou há dispersão na apresentação das informações?
	Contextualização	Os assuntos são apresentados com uma abordagem que considera a realidade brasileira e/ou global?
	Neutralidade e imparcialidade	O manual evita vieses e opiniões, apresentando as informações de maneira equilibrada, sem favorecer um ponto de vista específico?
2. Linguagem	Informativa	O manual apresenta fatos e informações de forma clara, objetiva e direta, como é esperado em textos jornalísticos?
	Explicativa/Didática	O conteúdo adota uma abordagem pedagógica para traduzir informações complexas (como o funcionamento do sistema eleitoral) em exemplos e metáforas acessíveis ao público infantil? Há recursos como perguntas e respostas que facilitam o aprendizado?
	Narrativa	O material utiliza histórias ou exemplos reais que envolvem o leitor, tornando o tema mais atrativo e acessível?
	Opinativa	O conteúdo evita emitir julgamentos ou opiniões, respeitando a imparcialidade jornalística? Quando apresenta um ponto de vista, isso é feito de forma equilibrada, estimulando o senso crítico sem impor ideologias?
	Visual/Interativa	A interação entre elementos textuais e visuais é eficaz, com gráficos e imagens que ajudam na compreensão do conteúdo? O layout é dinâmico e envolvente?
	Adequação ao Público-Alvo	A linguagem jornalística foi simplificada para se adequar à faixa etária, sem perder a essência da comunicação jornalística? Jargões ou expressões complicadas são explicados de forma clara?
3. Elementos Visuais/Gráficos	Atração visual	As ilustrações, fotos ou gráficos são visualmente atraentes para o público infantil/juvenil?
	Clareza e funcionalidade	Os elementos visuais ajudam a explicar o conteúdo de forma eficaz, como infográficos sobre o processo de votação?
	Adequação ao tema	Os gráficos, cores e ilustrações estão em sintonia com o tema de eleições e transmitem

Fonte: Autoria própria.

*Análise e discussão dos resultados**Tema/assunto*

As quatro edições do Manual das Eleições apresentam um conjunto consistente de temas relacionados ao funcionamento do sistema eleitoral brasileiro, conforme sistematizado no Quadro 2. Observa-se uma progressão temática ao longo do tempo, que parte de conteúdos mais introdutórios (2018 e 2020) e avança para abordagens mais complexas (2022 e 2024).

Quadro 2 – Tópicos abordados nas edições do Manual das Eleições

ANO DA EDIÇÃO	TÓPICOS	PÁGINAS
CARTILHA DE APRESENTAÇÃO (Práticas de Sala de Aula)	- Por que criar um manual para crianças e jovens sobre eleições? - Qual é o objetivo do Manual das Eleições do Joca? - Como atingir o objetivo traçado para o manual das eleições do Joca? - Experiências e Depoimentos	24
VOLUME 1 (2018)	- Qual a origem das eleições? - Como as eleições funcionam no Brasil? - Em quem votamos? - Como é a relação entre Senado e Câmara dos Deputados? - Como escolher seu candidato? - Os candidatos foram eleitos. E agora? - Para pais e professores	16
VOLUME 2 (2020)	- As eleições - As eleições no Brasileira - Em quem votamos? - Quantos vereadores são eleitos? - Como escolher seu candidato? - O que fazer depois das eleições? - Como você pode participar da vida política? - A política no seu dia a dia	16
VOLUME 3 (2022)	- As eleições - As eleições no Brasileira - Em quem votamos? - Como é a relação entre Senado e Câmara dos Deputados? - Outras eleições - Como escolher seu candidato? - O que fazer depois das eleições? - Como ficar por dentro das eleições?	18
VOLUME 4 (2024)	- As eleições - As eleições no brasil - Em quem votamos? - Qual é a diferença entre poder executivo e legislativo? - Como escolher seu candidato? - Inteligência artificial nas eleições - Como ficar por dentro das eleições? - Que fazer após as eleições?	19

Fonte: Autoria própria via Jornal Joca.

Nas edições iniciais, predominam explicações sobre conceitos básicos, como “em quem votamos” e “como funcionam as eleições”. Esses conteúdos são apresentados de forma simplificada, frequentemente associados ao cotidiano do leitor. Por exemplo, ao explicar o papel dos vereadores, o material recorre a situações próximas da realidade local, como decisões sobre transporte ou infraestrutura urbana, estratégia que aproxima o abstrato do concreto.

A partir de 2022, há uma ampliação do escopo temático, com a inclusão de conteúdos mais técnicos, como o funcionamento da urna eletrônica e o processo de apuração dos votos. Em 2024, o manual incorpora temas contemporâneos, como o uso de inteligência artificial e a circulação de desinformação em ambientes digitais.

Essa atualização temática evidencia sensibilidade editorial às transformações do ambiente informacional. No entanto, a abordagem desses temas tende a privilegiar uma dimensão operacional e técnica, com menor problematização de seus aspectos políticos e ideológicos. No caso da desinformação, por exemplo, o material enfatiza estratégias individuais de verificação, mas não aprofunda discussões sobre os agentes, interesses ou disputas de poder envolvidos na sua produção e circulação.

Esse dado dialoga com críticas presentes na literatura, que apontam que a busca por uma abordagem “neutra” pode, em determinados contextos, resultar em simplificações que limitam a compreensão crítica de fenômenos políticos complexos.

Linguagem

A linguagem dos manuais é predominantemente explicativa e didática, com forte presença de estruturas como perguntas e respostas, definições diretas e exemplos cotidianos. Esse padrão é especialmente evidente nas edições de 2018 e 2020.

Trechos como a definição de conceitos (“deepfake é um vídeo falso criado por computador...”) ilustram a preocupação em traduzir termos técnicos para uma linguagem acessível. Da mesma forma, o uso de perguntas como “Como escolher um candidato?” organiza o conteúdo em formato dialógico, simulando uma interação com o leitor.

A partir de 2020, observa-se a inserção de elementos narrativos, como relatos de crianças participantes de projetos de cidadania, o que contribui para aproximar o conteúdo da experiência vivida. Esse recurso amplia o potencial de identificação do leitor com o tema.

No entanto, a análise também evidencia um tensionamento importante: o compromisso com a clareza e a acessibilidade é acompanhado por uma tendência à neutralização do discurso político. A ausência de posicionamentos explícitos e a busca por equilíbrio podem, por um lado, evitar doutrinação; por outro, podem reduzir a complexidade do debate democrático, ao não explicitar conflitos, disputas ideológicas e assimetrias de poder.

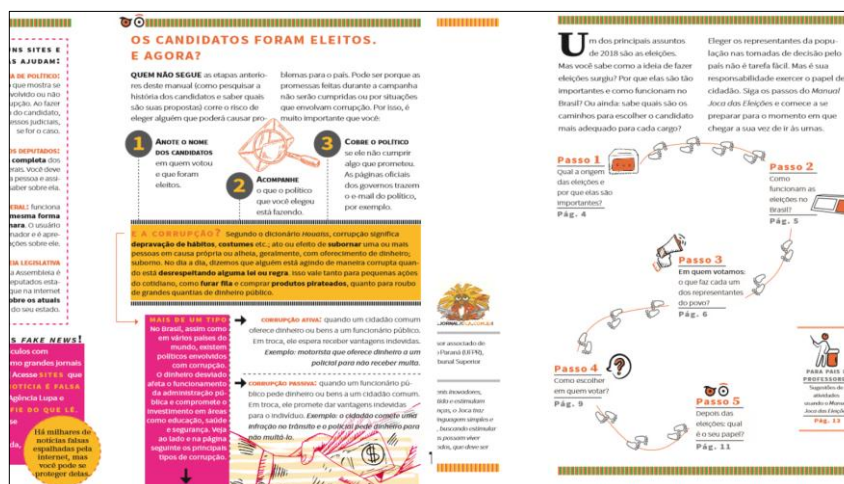
Além disso, a própria definição do público-alvo apresenta ambiguidades. Embora o material se apresente como destinado a “crianças e jovens”, as estratégias linguísticas identificadas — como simplificação vocabular e estrutura didática — sugerem maior adequação a leitores em fase inicial de letramento. Isso levanta questionamentos sobre a efetiva abrangência etária do material e sua adequação a adolescentes.

Outro ponto relevante é que a compreensão plena dos conteúdos, especialmente nas edições mais recentes, parece pressupor algum nível de mediação adulta. Elementos como QR codes, glossários e conceitos técnicos ampliam as possibilidades de aprendizado, mas podem não ser plenamente acessíveis sem apoio de professores ou familiares.

Elementos visuais e gráficos

A dimensão visual apresenta evolução significativa ao longo das edições. Em 2018, observa-se um uso mais básico de boxes e ilustrações, com organização voltada à legibilidade (Figura 2).

Figura 2 – Elementos visuais/gráficos da edição 2018



Fonte: Jornal Joca.

A partir de 2020, há maior integração entre texto e imagem, com infográficos mais elaborados e uso ampliado de cores (Figura 3).

Figura 3 – Elementos visuais/gráficos da edição 2020



Fonte: Jornal Joca.

Nas edições de 2022 e 2024, o material incorpora recursos visuais mais dinâmicos, como linhas do tempo, ícones e balões de fala. O infográfico sobre apuração de votos, por exemplo, organiza o processo em etapas sequenciais, facilitando a compreensão de um tema abstrato (Figura 4).

Figura 4 – Elementos visuais/gráficos da edição 2022



Fonte: Jornal Joca.

Na edição de 2024, destacam-se também os elementos gráficos aplicados à temática da inteligência artificial, com o uso de ícones, setas e contrastes cromáticos que orientam a leitura (Figura 5).

Figura 5 – Elementos visuais/gráficos da edição 2024



Fonte: Jornal Joca.

Apesar desses avanços, a análise indica que os recursos visuais, embora funcionais, ainda operam majoritariamente como suporte explicativo, e não como elementos de exploração mais criativa ou interativa do conteúdo. Em comparação com outras produções voltadas ao público infantil, observa-se relativa limitação na diversidade de estratégias visuais capazes de ampliar o engajamento.

Os QR codes representam uma tentativa de integração entre o impresso e o digital, ampliando o acesso a conteúdos complementares. No entanto, seu uso também reforça a dependência de infraestrutura tecnológica e, potencialmente, de mediação adulta, o que pode restringir sua efetividade em contextos de desigualdade de acesso.

A análise evidencia que o Manual das Eleições constitui uma iniciativa consistente de mediação jornalística voltada ao público infantojuvenil, com avanços progressivos em termos temáticos, linguísticos e visuais. Ao mesmo tempo, revela limites importantes, especialmente no que se refere à problematização crítica dos conteúdos e à definição do público-alvo.

O material cumpre a função de introduzir conceitos fundamentais da democracia, mas tende a fazê-lo por meio de uma abordagem predominantemente informativa e técnica, com menor ênfase nas dimensões conflitivas e ideológicas da política. Essa característica, embora compreensível em função do público, coloca desafios para o aprofundamento da alfabetização política.

Assim, mais do que um instrumento acabado de formação cidadã, o Manual das Eleições deve ser compreendido como um recurso pedagógico que ganha potência quando articulado a processos de mediação educativa, especialmente no contexto escolar.

Considerações finais

A análise do Manual das Eleições do Jornal Joca permite compreender o papel do jornalismo infantojuvenil como mediador de conteúdos políticos em contextos educativos, especialmente no que se refere à introdução de conceitos relacionados ao sistema eleitoral e à cidadania. Ao longo das quatro edições examinadas, observa-se um esforço editorial consistente de adaptação de temas complexos para uma linguagem acessível, combinando estratégias textuais e visuais voltadas à compreensão do público infantojuvenil.

Do ponto de vista temático, os resultados indicam uma progressão na abordagem dos conteúdos, que parte de noções introdutórias sobre o funcionamento das eleições e incorpora, nas edições mais recentes, temas contemporâneos como desinformação e tecnologias digitais. Essa ampliação evidencia uma atualização editorial alinhada às transformações do ambiente informacional, embora a análise tenha demonstrado que tais temas tendem a ser tratados sob uma perspectiva predominantemente explicativa, com menor problematização de suas dimensões políticas e ideológicas.

No que se refere à linguagem, o material apresenta um padrão didático e acessível, com uso recorrente de definições, exemplos e estruturas de perguntas e respostas. Essas estratégias favorecem a compreensão inicial dos conteúdos, especialmente para leitores em fase de letramento. No entanto, a análise também evidencia limites importantes: a busca por equilíbrio informativo e ausência de posicionamento explícito pode contribuir para a simplificação de debates complexos, particularmente em temas que envolvem disputas políticas e circulação de desinformação.

Outro aspecto relevante diz respeito à definição do público-alvo. Embora o Manual se apresente como destinado a “crianças e jovens”, as estratégias linguísticas e visuais identificadas sugerem maior adequação a leitores mais jovens, o que levanta questionamentos sobre sua efetiva abrangência para o público adolescente. Além disso, os dados analisados indicam que a compreensão plena dos conteúdos, especialmente nas

edições mais recentes, pode depender de mediação adulta, sobretudo em contextos escolares, o que relativiza a autonomia informativa do público leitor.

No plano visual, observa-se uma evolução progressiva na organização gráfica e no uso de recursos como infográficos e elementos interativos. Esses recursos contribuem para a clareza expositiva e a organização da informação, embora ainda operem majoritariamente como suporte explicativo, com limitações no que se refere à exploração de estratégias visuais mais interativas ou criativas.

Diante desses elementos, o estudo indica que o Manual das Eleições constitui um recurso relevante para a introdução de conteúdos políticos no universo infantojuvenil, especialmente quando articulado a práticas pedagógicas mediadas. No entanto, seus efeitos na formação de uma consciência política crítica não podem ser inferidos diretamente a partir da análise do material, sendo necessária a realização de estudos complementares, especialmente de recepção, que investiguem como crianças e adolescentes interpretam e se apropriam desses conteúdos.

A pesquisa também evidencia a necessidade de aprofundamento teórico e empírico no campo do jornalismo infantojuvenil, particularmente no que se refere à relação entre linguagem, mediação e formação política. Investigações futuras podem explorar, por exemplo, o papel da escola na utilização desses materiais, as diferenças de recepção entre faixas etárias e os impactos do consumo de conteúdos jornalísticos na construção de repertórios políticos ao longo do tempo.

Em um cenário marcado por desigualdades no acesso à informação e pela centralidade das disputas discursivas no ambiente digital, compreender os limites e as potencialidades de iniciativas como o Manual das Eleições torna-se fundamental. Mais do que afirmar seus efeitos formativos, este estudo contribui ao evidenciar as condições, estratégias e tensões envolvidas na produção de conteúdos jornalísticos voltados à infância e à adolescência no contexto democrático brasileiro.

Referências

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA – ANDI. **Direitos da infância e direito à comunicação:** fortalecendo convergências nos marcos legais e nas políticas públicas. Brasília: ANDI, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 6 abr. 2026.

CETIC.BR. **TIC Kids Online Brasil 2023**: pesquisa sobre o uso da internet por crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2023. Disponível em: <https://cetic.br/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

CHOMSKY, Noam. **Mídia**: propaganda política e manipulação. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

COOK, Timothy E. O jornalismo político. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 6, p. 203–247, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522011000200009>. Acesso em: 6 abr. 2026.

DORETTO, Juliana. **‘Fala conosco!’**: o jornalismo infantil e a participação das crianças, em Portugal e no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação) – Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015.

DORETTO, Juliana. Jornalismo para a infância: uma proposta de definição. **C-Legenda**, Niterói, n. 30, p. 59–72, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328816539_Jornalismo_para_a_infancia_uma_proposta_de_definicao. Acesso em: 6 abr. 2026.

FERREIRA, Maria F. Jornalismo infantil: por uma prática educativa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 30., 2007. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R0769-1.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: tecnologia da informação e comunicação 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

JORNAL JOCA. **Jornal Joca**: o único jornal para jovens e crianças. 2025. Disponível em: <https://www.jornaljoca.com.br/>. Acesso em: 6 abr. 2026.

KRELING, L. R. **Explicando o mundo para as crianças**: a infância contemporânea nas páginas do Jornal Joca. 2021. Monografia (Graduação) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2021.

SCHUDSON, Michael. **The rise of the right to know**: politics and the culture of transparency, 1945–1975. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2015.

TAVARES, Frederico. O jornalismo especializado e a especialização periodística. **Estudos em Comunicação**, n. 5, p. 115–133, 2009. Disponível em: <https://ec.ubi.pt/ec/05/pdf/06-tavares-acontecimento.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2026.

ZAPPA, Isabela. 5 livros para conversar sobre política com crianças. **Nexo Jornal**, Estante Favoritos, 14 jan. 2023. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/estante-favoritos/2023/01/14/5-livros-para-conversar-sobre-politica-com-criancas>. Acesso em: 6 abr. 2026.